

*[Portuguese and English below]*

## Secretariado Geral

### Direção de Apoio Parlamentar

#### Divisão de Relações Públicas, Comunicação e Educação

#### **Presidente Parlamento Nacional realiza conferência de imprensa kona-ba pedido de destituição Presidente Parlamento**

Presidente Parlamento Nacional, Aniceto Longuinhos Guterres Lopes, halo conferência de imprensa iha sala conferências Parlamento Nacional iha loron 11 fulan dezembro tinan 2017, relaciona ho carta destituição ba Presidente Parlamento Nacional, ne'ebé apresenta hussi partido oposição iha Parlamento Nacional.

Durante conferência de imprensa, Presidente Parlamento Nacional informa processo tomak hahú hussi Orçamento Retificativo too pedido Destituição ba Presidente Parlamento Nacional rassik ho nia resumo hanessian tuir mai ne'e:

“Público tomak hatene ona, katak Partido oposição tolu iha Parlamento Nacional halo Aliança Maioria Parlamentar (AMP) ho objetivo firme, mak hadau ukun hussi coligação FRETILIN – PD ne'ebe forma Governo Minoritário. Tanba ne'e maka hafoin forma tiha, AMP usa dalan oioin, ka halo maneira hotu-hotu atu hamonu VII Governo Constitucional (Governo), hahú kedas halo pressão ba Presidente da Republica, rejeita programa Governo, tenta atu bloqueia Orçamento Certificativo (OR), halo Moção Censura ba Governo, no seluk tan.

Ha'u hatene loloos, katak ha'u nia destituição ne'e tama tiha ona iha agenda maioria oposição nian hori uluk kedas iha momento eleição ba Presidente Parlamento Nacional (PPN), nu'udar parte hussi estratégia atu hatún Governo.

Nune'e, mak iha dia 1 de dezembro 2017, loro kraik tuku 5 liu minuto 58, hatama ona mÃ3s Proposta atu Hatún PPN, proposta ne'ebé assina hussi grupo Deputado na'in 12 hussi oposição AMP nian. Hare hussi rasão sira ne'ebe sira apresenta, ita hatene kedas motivo hussi proposta ida-ne'e, katak AMP hakarak hatuur PPN ida-ne'ebe bele facilita hamonu lalais Governo, liu hussi agendamento ho urgência Moção Censura ba Governo.

Durante fulan tolu ha'u assumi função nu'udar PPN, ha'u hassoru oposição ida-ne'ebé abusa liu ninia maioria iha PN, ne'ebé usa dalan hotu-hotu atu atingi sira nia objetivo politico, hamonu lalais Governo, la interesse sá custo mak nação ne'e sei selu iha tempo oin mai. Buat ne'ebé sala sira dehan loos, buat ne'ebe ema dehan los, dehan fali sala. La viola regimento dehan fali viola, enquanto viola regimento, sira dehan lae, tuir de'it sira nia interesse.

Ha'u halo ona buat hotu ho consciência mÃ3s, katak ha'u la viola regimento, nem contra prática normal ka precedente ruma iha PN,  *muito menos*  viola Constituição hanessian sira alega mai ha'u publicamente. Ha'u nia “sala ka pecado mortal” mak tan de'it ha'u pertence ba partido ida ne'ebé brani atu simu netik desafio hodi avança ho Governo minoritário, atu fÃ3 oportunidade ida atu haboot experiencia democrática ba nação ida-ne'e.

Nu'udar PPN, segunda figura Estado nian, ha'u iha dever tomak atu haree ba RPN, pratica normal ka precedente iha PN no cultura vida institucional Estado, no liuliu tem que halo mós ponderação ba interesse nacional ne'ebé sai causa, ho nia eventuais custos politico, social, no econÃ3mico ba país,

wainhira halo decisão atu halo agendamento ba Recurso Admissão Proposta Lei OR no Moção Censura ba Governo.

Tuir loloos, maioria oposição KHUNTO-PLP-CNRT nian iha de'it razão única hatama proposta atu hatún ha'u. Razão ne'e, mak hakarak halo agendamento lalais ba Moção Censura ba Governo. La iha razão seluk, maibé sira obriga an hodi hatama tan razão sira seluk atu halo acusação oiain mai ha'u, hodi hatete buat messak la loos no inventa tan.

Acusação hirak ne'e la'ós de'it atingi gratuitamente ha'u nia integridade moral, honra no reputação, maibé Deputado proponente sira rassik hatudu sira nia intensão aat, tanba mai ho razão infantil, argumenta la ho laran-moos (desonesto), halo conclusão irrealista, la baseia ba factos!

Forma sira hanessan ne'e la dignifica politica, la dignifica mós Estado no estraga imagem prÃ³prio Parlamento Nacional nian.

Nu'udar cidadão, nune'e mÃ³s nu'udar PPN, ha'u sei hatán liu hussi dalan Justiça nian ba acusação hirak ne'e hotu, no ohin dadeer ha'u hatama ona ha'u nia processo iha Tribunal."

Ha'u eleito ba cargo PPN liu hussi dalan democrático iha dia 5 de setembro 2017, nune'e ha'u sei nafatin Presidente Parlamento Nacional to'o decisão Tribunal ruma ne'ebé rejeita ha'u nia pedido, ka wainhira iha ona destituição definitivo."



## **Presidente do Parlamento Nacional realizou uma conferência de imprensa sobre o pedido de destituição do Presidente do Parlamento**

O Presidente do Parlamento Nacional, Aniceto Longinhos Guterres Lopes, realizou, no dia 11 de dezembro de 2017, uma conferência de imprensa, na sala de conferências do Parlamento Nacional, sobre a carta com o pedido de destituição do Presidente do Parlamento Nacional, que foi apresentada pelos partidos da oposição no Parlamento Nacional.

Durante a conferência de imprensa, o Presidente do Parlamento Nacional deu informação sobre os vários processos, começando no Orçamento Retificativo e até ao pedido de Destituição do Presidente do Parlamento Nacional. De seguida, apresenta-se um resumo dessas informações:

“À% do conhecimento público que os três Partidos da oposição formaram uma aliança, a Aliança da Maioria Parlamentar (AMP), com o firme objetivo de arrebataram o poder À Coligação FRETILIN – PD, que forma o Governo Minoritário. Por isso, desde a sua formação, a AMP tem procurado por todas as vias derrubar o VII Governo Constitucional (Governo), começando pela pressão ao Presidente da República, por rejeitar o Programa do Governo. Seguiram-se a tentativa de bloquear o Orçamento Retificativo (OR) e a Moção de Censura ao Governo.

Estou ciente que a minha destituição é algo que faz parte da agenda da oposição parlamentar desde o momento da minha eleição a Presidente do Parlamento Nacional (PPN), como parte da estratégia para derrubar o Governo.

À% assim que no dia 1 de dezembro de 2017, À s 17:58 horas, deu entrada uma Proposta de Destituição do PPN, proposta essa assinada por 12 Deputados da AMP. Tendo em conta as razões que apresentam, depreende-se logo que o motivo desta proposta de destituição é facilitar o derrube do Governo, através do agendamento urgente da Moção de Censura.

Durante os três meses do exercício das funções de PPN enfrentei uma oposição que não conheceu limites no uso abusivo da sua maioria no PN, não olhando a meios no seu objetivo político de provocar a queda do Governo mais depressa quanto possa, sem se importar com os custos que isto acarretará ao País. Opõe-se cegamente a tudo. Dizem que está certo o que é errado; dizem que está errado o que todos veem como certo.

Onde não há violação do Regimento, eles veem uma violação. Quando há uma violação do Regimento, dizem que não há. Veem tudo conforme o seu interesse.

Tudo quanto fiz, fi-lo com a consciência de não ter violado o Regimento, de não ter violado as práticas do PN, ou seja, os precedentes, e acima de tudo de não ter violado a Constituição da República, como alegam publicamente nas acusações que me dirigem. O meu “pecado mortal” é o de pertencer a um partido que teve a coragem de aceitar o grande desafio de avançar com um Governo minoritário, permitindo ao País crescer na sua experiência democrática.

Como PPN, segunda figura do Estado, é meu dever velar pelo cumprimento do RPN, ter em conta a prática anterior e os precedentes no PN, e a cultura que temos construído no que concerne À vida institucional do Estado. À% meu dever também, quer se trate do agendamento do recurso contra a admissão do OR, quer se trate do agendamento da Moção de Censura ao Governo, ponderar os interesses nacionais em causa e os eventuais custos políticos, sociais e económicos para o país, na hora de tomar uma decisão.

Esta oposição maioritária constituída pelos Partidos KHUNTO, PLP e CNRT têm apenas uma razão para pedir a minha destituição. Esta razão é a sua vontade de ver agendada urgentemente a Moção de

Censura ao Governo. Não há outra razão. Mas veem-se na obrigação de arrolar acusações contra a minha pessoa, de modo que, nesse afã, incorrem em inverdades e fabricações.

As acusações que me dirigem, mais do que atingir gratuitamente a minha integridade moral, honra e reputação, mostram a sua maldosa intenção, que os leva a produzir razões infantis, argumentos desonestos e conclusões irrealistas, não baseadas em factos!

Esta forma de atuar não dignifica a política, não dignifica o Estado e estraga a imagem do próprio Parlamento Nacional.

Enquanto cidadão e também como PPN responderei pela via da Justiça a todas estas acusações e informo que esta manhã já dei entrada a um pedido no Tribunal.

Fui eleito para o cargo de PPN de modo democrático, no dia 5 de setembro de 2017, e mantenho-me como Presidente do Parlamento Nacional até à decisão do Tribunal que venha eventualmente a rejeitar o meu pedido ou seja até que haja uma destituição definitiva.”

---

## **President of the National Parliament held a press conference on the request for removal of the President of Parliament**

*[unofficial translation]*

On 11 December 2017, the President of the National Parliament, Aniceto Longuinhos Guterres Lopes, held a press conference in the conference room of the National Parliament (PN) regarding the letter requesting the removal of the President of the National Parliament which had been presented by the opposition parties in the National Parliament.

During the press conference, the President of the National Parliament gave information on the various processes, beginning with the Rectification Budget and through the request for Dismissal of the President of the National Parliament. The following is a summary of his information:

“It is publicly known that the three opposition parties have formed an alliance, the Parliamentary Majority Alliance (AMP), with the firm goal of taking power from the FRETILIN-PD Coalition which forms the Minority Government. Therefore, since its formation, the AMP has used various methods to bring down the 7th Constitutional Government (Government), beginning with pressure on the President of the Republic, rejecting the Government Program, trying to block the Rectification Budget (OR), the Motion of No Confidence (Censure) in the Government, and others.

“I am aware that my removal is something which has been on the agenda of the parliamentary opposition since the moment of my election as President of the National Parliament (PPN), as part of the strategy to bring down the Government.

“That is how on December 1, 2017, at 5:58 pm, a proposal to dismiss the PPN was submitted, a proposal signed by 12 MPs from the AMP opposition. Taking into account the reasons they present, one immediately knows that the motivation for this proposal is to facilitate the rapid fall of the Government, through the urgent scheduling of the Motion of Censure.

“During the three months I have been PPN, I faced an opposition that knows no limits on the abusive use of its majority in the PN, using every means to achieve its political objective of causing the Government to fall as fast as it can, regardless of the costs that this will bring to the nation. They blindly oppose everything. They say that what is right is wrong; if someone says something is true, they say it's false.

“Where there is no violation of the Rules, they see a violation. When there is a violation of the Rules of Procedure, they say there is not. They see everything according to their interest.

“Everything I've done has been with the awareness that I did not violate the Parliamentary Rules of Procedure (RPN), that I did not violate the practices of the PN, that is, the precedents, and, above all, that I did not violate the Constitution of the Republic, as publicly stated in the accusations that address me. My 'mortal sin' is that of belonging to a party that had the courage to accept the great challenge of advancing with a minority Government, allowing the Nation to enlarge its democratic experience.

“As PPN, second figure of the State, it is my duty to ensure compliance with the Parliamentary Rules, to take into account the previous practice and the precedents in the PN, and the culture that we have built regarding the institutional life of the State. It is also my duty, whether it is the scheduling of the appeal against the admission of the OR or the No Confidence Motion, to consider the national interests concerned and the possible political, social and economic costs to the country, at the time of making a decision.

“Truly, this majority opposition consisting of the KHUNTO, PLP and CNRT parties has only one reason to ask for my removal. This reason is their will to see the No Confidence Motion urgently scheduled. There is no other reason. But they are obliged to file accusations against me, to express misrepresentations and fabrications.

“The accusations they direct to me don’t only gratuitously attack my moral integrity, honor and reputation, but they show their evil intent, which leads them to produce childish reasons, dishonest arguments, and unrealistic conclusions, not based on facts!

“Actions like these do not dignify politics, do not dignify the state and spoil the image of the National Parliament itself.

“As a citizen and also as PPN, I will respond to all these allegations through the justice route, and I report that this morning I have already filed a request before the Court.

“I was elected to the position of PPN in a democratic manner on September 5, 2017, and I remain as President of the National Parliament until the decision of the Court that may eventually reject my request or until there is a definitive dismissal.”